

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, srs. deputados, neste momento, cumprimento os alunos da Escola Maria da Glória Silva, que vêm da minha terra, da cidade de Içara.

Portanto, a cada um de vocês que estão aqui presentes uma boa-tarde conosco. Sintam-se à vontade. Esta Casa é do povo, é nossa. Professores e alunos, é uma alegria poder contar com vocês todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento

Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, aqueles aqui presentes na tarde desta terça-feira, estudantes e professores das escolas de Santa Catarina, companheiros policiais civis aqui presentes, a nossa saudação e a nossa solidariedade às manifestações que vocês têm realizado no estado.

(Palmas)

Quero iniciar falando, senhoras e senhores, da situação do segmento do serviço público que não está aqui na tarde de hoje. Trato dos barreiristas da Cidasc, trabalhadores públicos estaduais que têm a importante tarefa, importante do ponto de vista social e do ponto de vista econômico, de controlar os acessos ao território catarinense de animais ou produtos derivados de animais, com o uso para a alimentação humana.

O estado de Santa Catarina se orgulha, em discursos aqui nesta tribuna, em discursos na tribuna do Congresso Nacional, em discursos e relatórios técnicos aos organismos internacionais de sanidade animal, de difundir para os japoneses, para os russos, para os europeus em geral, que Santa Catarina é um estado livre de aftosa sem vacinação.

No entanto, um grupo bastante restrito de servidores, cerca de 500 servidores apenas, é que são os responsáveis diretos, da linha de frente, por essas conquistas do estado de Santa Catarina.

São 64 barreiras, apenas duas em local urbano, as outras geralmente em locais afastados, local ermo, distantes das cidades, onde fica apenas um barreirista.

Às vezes essa situação é feita por mulher para cercar ou parar caminhões e fazer a verificação se há nota fiscal e qual o produto que está carregando. No caso da condução de animais, se há documentação, brincagem, atestado de sanidade, que vale também para a carne, ou seja, precisa passar por essa inspeção. E esses barreiristas recebem um

salário de R\$ 895,00, mais um auxílio de alimentação de R\$ 300,00, totalizando R\$ 1.200,00 brutos, o que evidentemente é um absurdo!

Então, a partir desta semana estão começando o episódio de paralisação que pode levar à greve, inclusive. E é necessário dizer desde já que o governo precisa tomar uma medida para resolver essa situação, porque não basta querer vender carne de frango, suíno e também de bovino para o mundo inteiro, tratando os servidores que diretamente são responsáveis por esse sucesso desta forma.

O outro registro necessário é que o governo do estado, nos últimos anos, conseguiu transferir para a iniciativa privada, para terceiros, a responsabilidade da pré-inspeção da sanidade alimentar nos frigoríficos. E por incrível que pareça inclui até prejuízo, porque os europeus não entraram nessa onda e disseram assim: "Não, o estado tem que fazer. O servidor público do estado de Santa Catarina é que tem que fazer essa inspeção."

Outros aceitaram, e o governo contratou pagando evidentemente com o dinheiro público o Instituto Catarinense de Sanidade Animal, que é uma ONG dos próprios frigoríficos e, com certeza, das grandes. E aí perguntamos: como é que fica a concorrência, se é uma ONG organizada pelos próprios frigoríficos que são contratadas pelo governo do estado para fiscalizar o frigorífico? Eu diria que é de responsabilidade do governo do estado, e isso vem de alguns anos do atual governador. Mas vão dizer assim: é do atual governo.

Nossa solidariedade aos nossos barreiristas e a todos os servidores da Cidasc, assim como também registro a tentativa de desmonte da Epagri, que o governo vem tentando fazer através de um processo de demissão incentivada.

Já tem 800 inscritos, ou seja, vão quase todos os servidores da Epagri. Então, a extensão rural e a pesquisa agropecuária estão jogando na lata do lixo. Uma coisa construída, um volume de trabalho e de informações produzidos em décadas está sendo

jogado fora pelo governo. Faz um PDVI que já tem 800 inscritos, que a regra muda também a cada semana, para garantir que mais gente se demita, às vezes burlando os próprios direitos dos trabalhadores. Em contrapartida faz um novo concurso público. Quantas vagas nesse concurso público? Uma para agrônomo e uma para técnico agrícola. Faz um PDVI e em contrapartida faz um concurso público para manter a empresa, ou seja, quer desmontar a Epagri o que evidentemente é uma lástima.

Não poderia, senhoras e senhores, deixar passar esse horário sem fazer referência ao pacote que o governo do estado encaminhou aqui para a Assembléia Legislativa, na última sexta-feira, que acabou de ser lido no expediente. Aliás, um expediente recheado. O pacote de política do governo do estado para os servidores públicos, que consiste numa PEC, uma proposta de emenda à Constituição, quatro projetos de lei e seis projetos de lei complementares. Evidentemente que isso aqui é um trabalho para os 40 deputados bastante extenso.

Eu comecei a ler. Li evidentemente alguns na manhã de hoje. Quero registrar uma coisa, já para vocês da Polícia Civil que estão aqui, que me pareceu um pouco estranha, ou seja, o fato de que para a Polícia Civil tem dois PLCs, um para os delegados e um para vocês, para a base. Será que tem algum receio por parte do governo? Eu fiquei pensando isso. Mas tem também das outras Polícias, do Instituto-Geral de Perícia, da Polícia Militar. Um dos projetos parece que está destinado a fazer um projeto de lei complementar que é só para dizer o seguinte: Tudo pelo que vocês lutaram, construíram, remaram nos últimos 30 anos, agora estamos mudando, alterando, suprimindo, revogando.

Eu confesso que na leitura de um desses projetos de lei complementar me deu certa sensação de estar sentado no meio fio e o governo passando e dizendo que tudo acabou, mas que ele vai nos deixar uma mala. Evidentemente que não é uma mala, talvez lá para cima seja uma mala, mas aqui para baixo, para nós da base, talvez seja um recipiente

pequeno, cuja validade só existirá daqui a dois anos, e que tudo que era verdade até ontem não é mais. E aí, nessa história de luta por conquistas e por direitos temos a sensação de que alguma intensa e talvez grave possa estar acontecendo.

A oferta da promoção automática de 12 anos a cabo e a terceiro sargento aos 20 anos de serviço foi o diferencial para que a categoria pudesse aceitar o debate desse pacote que está colocado. E vamos ter que conversar.

Então, todos nós sabemos que essa proposta da promoção a cabo aos 12 anos de serviço e a terceiro sargento com 20 anos de serviço, embora no ótimo comportamento - e seria muito importante se conseguíssemos mudar isso - foi o que garantiu a possibilidade de se debater a vinda desse projeto. Mas não obstante tudo isso, por certo, há que se refletir sobre o conteúdo do projeto inteiro, do subsídio, especialmente do risco de não ter sido encaminhado já também o projeto de lei que vai regular as escalas de serviço a partir do ano que vem, já que a Lei n. 137, da hora extra, também está sendo suprimida para os militares estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA - Quero registrar a presença nesta Casa de 56 alunos do 5º ano da Escola Básica Municipal Leopoldo Simão, de Indaial, que estão sob a responsabilidade da professora Janete.

Quero dar as boas-vindas a esses professores que vieram conhecer o Parlamento catarinense.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Gostaria de me incorporar à manifestação da deputada Ana Paula Lima, cumprimentado os alunos que visitam esta Assembleia Legislativa.

Da mesma forma saúdo aos policiais civis que estão presentes, bem como o pessoal do IGP.

Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os nobres colegas. Na semana passada, falei durante 20 minutos do levantamento sobre o Ministério Público de Santa Catarina. E abordamos um projeto que se encontra nesta Casa para criar um conjunto de cargos comissionados sem concurso público, diferente do que eles exigem dos demais órgãos do estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, fiz um levantamento do conjunto de recebimentos de proventos, salários e penduricalhos do Ministério Público em Santa Catarina. E, quando fiz essa manifestação, mostrei que um único procurador em um ano recebeu R\$ 600.000,00, totalmente fora do teto constitucional. Andaram postando em meu site algumas mensagens, e tive através da imprensa a manifestação por parte do dr. Andrey Amorim, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público.

Esse email que postaram no meu site diz que, para os meus cabos eleitorais, eu deveria explicar que boa parte desses direitos, dos penduricalhos do Ministério Público, tem origem no Legislativo, previsto constitucionalmente no Ministério Público, onde se trabalha muito, se é cobrado muito e não há cabo eleitoral. Ao mesmo tempo essa senhora que se diz chamar Alice, que é um nome apócrifo, diz que o Legislativo é uma casa de meretrício e que estou tendo essa postura porque tenho mais de 18 ações feitas pelo Ministério Público.

Desafio essa cidadã - e já tenho o IP da máquina e vou descobrir de onde saiu esse email - que assine isso. Ao mesmo tempo, quero agora falar com o procurador, presidente da Associação do Ministério Público, dr. Andrey Amorim, porque no dia em que me pronunciei, na sequência, uma jornalista do Ministério Público ligou para o meu gabinete pedindo o meu pronunciamento que está à disposição nesta Casa.

Amanhã, pronunciar-me-ei novamente sobre o Ministério Público para provar o que estou dizendo.

O e-mail, pronunciamento do doutor Andrey Amorim para o jornalista Paulo Alceu, diz o seguinte: (Passa a ler.)

"Diante das acusações e críticas do deputado Jailson Lima, o presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Andrey Amorim, manifestou-se evidenciando que há aqueles que querem um Ministério Público mais forte e os que querem mais fraco."

Quero dizer a ele que não sou um desses.

(Continua lendo.)

"Considerou retaliação as acusações do parlamentar do PT, classificando-as de inverdades. Amorim lembrou que o petista está respondendo a várias ações por improbidade, movidas por promotores, e inclusive com direitos políticos retirados pela Justiça. Rebateu salários acima do teto e desafiou o deputado a apontá-los, desde que não incluía remunerações indenizatórias transitórias, que honram dívidas anteriores com os profissionais."

Primeiro é interessante dizer que, além da arrogância, da petulância, que é pertinente à maioria do Ministério Público, eu diria que a maioria deveria ter um pouco de aula com o doutor Liu, uma figura glamorosa, gentil, porque muito empinam o nariz aqueles que acusam, julgam-me e condenam-me, como o tal do Amorim.

Tenho, aqui, mandei levantar, seis ações desenvolvidas pelo Ministério Público, e duas já foram julgadas, da prefeitura - e desafio o prefeito que não tenha uma ação -, e as outras nem transitaram e julgaram, para o cara dizer que já fui condenado.

Segundo, quero avisar a esse cidadão que nunca tive meus direitos políticos cassados. Nunca, doutor Amorim! Já que v.exa. me desafia apontar aonde estão os extras, amanhã, aqui, neste plenário, eu vou colocar a sua folha pagamento do último ano, para o povo catarinense verificar

quanto o senhor recebeu de extras e penduricalhos no ano passado.

É interessante que esses caras não sabem o que é teto constitucional. Aqui, nesta Assembleia, também não tinha, mas durante a Presidência do deputado Gelson Merisio passou a ter teto constitucional.

Como ele não sabe, eu vou ler aqui, na tribuna, o que diz a Constituição e a legislação:

(Passa a ler.)

"O teto remuneratório configura em declinável exigência constitucional que impõe a toda a Administração Pública o dever jurídico de impedir a remuneração de seus servidores acima do valor fixado como limite (...)"

Acho que ele é advogado, deputado Kennedy Nunes, ele deve saber um pouquinho de lei, até mesmo porque ele é presidente de uma associação que não é nenhum santuário.

Eu estou colocando isso, porque a lei é clara em relação ao que diz.

Então, aqui, não estou com nenhuma retaliação. Acontece que aqui se cometeu uma insanidade.

O Ministério Público de Santa Catarina tem uma das maiores arrecadações do país, percentualmente.

Amanhã vou mostrar, aqui, quanto é o Paraná, quanto é o Rio Grande do Sul, quantos procuradores tem em cada estado, quanto o estado de Goiás tem, uma população similar à nossa, e quanto é a do Maranhão. E aí vamos verificar por que essa situação perdulária de pagamentos. Porque é inconcebível que se tenha 23 itens de extras configurados num salário.

O orçamento da Polícia Civil do estado, com um conjunto infundável de funcionários, dá 0.8 aproximadamente, com menos de 00.5 para investimentos. E o Ministério Público, de 2012 a 2013, ampliou em R\$ 126 milhões a sua arrecadação, diminuindo a quantidade de serviço.

Além disso, deputado Kennedy Nunes, amanhã abordarei com mais detalhes. Nos nossos levantamentos quero saber por que as mulheres do Ministério Público têm 7% de penduricalhos a menos do que os homens. É porque são anatômicas? Elas

recebem menos. Nem essa justiça, hoje, tem internamente. É só ver os dados estatísticos de levantamentos.

Então, já que o sr. Andrey Amorim, que não sabe o que é teto constitucional, mas a partir de hoje saberá, desafiou-me a mostrar, eu vou mostrar amanhã, porque acho que ele não sabe quanto recebe de salário e quanto ele tem de adicional, que chegou a R\$ 42 mil, se não me engano, na média/mês. E vem me fazer média na imprensa.

O Paulo Alceu colocou uma nota dizendo que eu estaria tendo uma reação, que essa é uma batalha que não haverá vencidos nem vencedores.

Eu não estou aqui para vencer, estou aqui para cumprir com o meu papel, e quem tem que ser vencedor nesse processo é a cidadania, com a aplicação correta dos recursos, acabando com essa forma disfarçada de salário que transgride questão constitucional, com justificativas que não justificam, com uma série de carências que existem no país.

Assim, vou aqui fazer um projeto de lei para reduzir esse orçamento e aplicar a diferença em saúde, no estado de Santa Catarina, em hospitais, em funções onde não se tem atendimento adequado.

Portanto, sr. Amorim, até amanhã para o senhor.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Inscrito para falar o sr. deputado Gelson Merisio, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, que com grande orgulho vejo ocupar essa função, prezados companheiros da Mesa, prezado colega e amigo deputado Jailson Lima, com quem dividimos por dois anos a Mesa Diretora desta Casa, prezada deputada Angela Albino, srs. deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, faço questão de trazer, com relação às exposições externadas pelo deputado Jailson Lima, a posição do nosso partido, da nossa bancada, porque entendemos que esse debate transcende a

questão do CPF da pessoa, também a função que ela ocupa.

Nós respeitamos muito a posição sempre firme do deputado Jailson Lima, como foi no passado em outros temas, que muitas vezes discordamos da forma do encaminhamento, mas nunca questionamos o seu direito de fazê-lo. E nesta questão relacionada ao Ministério Público, da mesma forma, não questionamos o seu direito de fazer.

No entanto, é imperioso que possamos fazer algumas reflexões. A primeira delas é que a questão institucional para o bem de Santa Catarina, para o bem da nossa população, do nosso estado, precisa ser preservada. E a instituição Ministério Público presta um grande serviço para a nossa sociedade. É composta por pessoas e sempre que pessoas compõem um poder, ou algum órgão, é possível que, em casos isolados, haja falta de bom-senso, haja exagero na aplicação, mas a imensa maioria do Ministério Público presta um grande serviço para a sociedade. E preocupa-nos quando de forma generalizada se ataca a categoria. Eu sei que não é objetivo do deputado.

Nas questões salariais que pratica o Ministério Público, todas as ações advêm de leis aprovadas por esta Casa. Se houver algum benefício pago que não seja embasado em lei, aí, sim, está-se cometendo uma improbidade, não o uso indevido de alguma função.

Aprovamos as leis, acompanhamos as leis e temos que examiná-las uma a uma e, se houver algum equívoco, corrigi-las. Essa é a nossa função constitucional, a nossa função legal.

Por isso há que se deixar muito claro que todos os pagamentos feitos pelo Ministério Público são embasados em leis que foram aprovadas nesta Casa. E também cumpre dizer, em que pese termos a obrigação constitucional de fiscalizar, que temos que respeitar a questão da independência dos Poderes, a questão que separa o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa. E como gestores administrativos da Casa também, se previmos com alguma rejeição a intromissão de outros Poderes nas questões administrativas.

Por isso, resguardados os orçamentos de cada Poder, resguardado o cumprimento das leis que aprovamos, parece-me que precisamos e devemos dar o devido voto de confiança à instituição Ministério Público, sob pena de não contribuirmos para que no dia a dia da nossa sociedade haja os contrapesos, haja as formas de corrigir equívocos que podem ocorrer, pontuais, mas que muitas vezes se transformam em equívocos de uma categoria inteira ou de um Poder.

Tenho certeza de que não é assim no Ministério Público; tenho certeza também não era assim na Casa quando por mais de um ano ficamos apanhando, e apanhando muito, corrigindo distorções que vinham se acumulando ao longo do tempo.

Faço essas reflexões com o maior respeito ao posicionamento do deputado Jailson Lima, com quem, eu já disse, convivemos e aprendemos a nos respeitar, mesmo quando pensamos diferente, mas não poderia deixar de, em nome da minha bancada, em nome dos deputados que pensam da mesma forma, deixar pontuado que essa questão institucional deve ser preservada, porque ela é muito importante para Santa Catarina e para a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na desistência do PSDB, passaremos ao horário do PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes que acompanham esta sessão trazendo as suas reivindicações, policiais civis que estão aqui mais uma vez engajados nessa luta para que tenham o devido reconhecimento que merecem, pessoal do IGP que está presente, peritos oficiais, presido nesta Casa a comissão de Saúde

do Trabalhador e uma das ações que nós fizemos foi justamente com relação ao Instituto-Geral de Perícias, também aos IMLS espalhados pelo estado afora, em função das questões de saúde e segurança do trabalhador, das condições de trabalho.

Apresentamos nesta tribuna um dossiê sobre praticamente todos os estabelecimentos do estado de Santa Catarina, solicitando melhorias, chamada dos concursados, o problema do adicional de insalubridade, então, estamos nesta luta muito importante.

Todos vocês que estão nesta sessão hoje sejam bem-vindos, e vamos continuar juntos nessa luta também.

Quero fazer uma referência neste dia em que usamos a palavra da nossa bancada, deputada Ana Paula Lima, que o Brasil está bem marcado no Outubro Rosa, que se relaciona especialmente à prevenção do câncer de mama. E houve uma adesão muito grande no sentido da prevenção dessa doença nas mulheres.

Agora, estamos no mês de novembro, o mês que está sendo chamado de Novembro Azul, título da campanha de prevenção do câncer de próstata, que é a grande preocupação, na mesma proporção, com relação às mulheres, ao câncer de mama, dos homens com o câncer de próstata.

Após o Outubro Rosa vem o Novembro Azul, destinado à prevenção do câncer de próstata. É a vez agora também de se chamar atenção para a saúde do homem e da prevenção.

Eu já disse nesta tribuna, quando apresentei o projeto de lei, que os homens têm mais resistência a fazer prevenção. E acho que este mês vai ser importante para poder se esclarecer a necessidade de se prevenir. E pensando nesse público, propus nesta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei n. 0368/2013, que estabelece objetivos e estratégias de conscientização sobre os problemas da saúde do homem e destina a adoção de medidas preventivas.

O nosso projeto prevê ações em vários aspectos da saúde masculina desde o câncer de próstata até questões como alcoolismo e violência geral no trânsito.

São objetivos a serem realizados durante todo o ano, como promover campanhas em escolas, presídios, empresas, asilos, postos de saúde, hospitais, bem como campanhas de divulgação utilizando os meios de comunicação, utilizando a imprensa.

O Novembro Azul é uma das ações importantes que devem ser implementadas todos os anos, pois é uma forma de conscientizar a população a combater uma das doenças que mais vitima homens no Brasil.

Segundo o Instituto do Câncer, INCA, em 2012, foi identificado mais de 60 mil casos de câncer de próstata, o segundo tipo de câncer mais comum entre os homens, atrás apenas do câncer de pele. Em valores absolutos é o sexto tipo mais comum no mundo, e mais prevalente em homens, representando 10% do total dos cânceres.

Portanto, esses dados que trouxemos para exemplificar mostram a importância da prevenção, a importância de se detectar precocemente a doença, para que se possam fazer as ações necessárias de prevenção e de cura. E tanto com relação ao homem quanto à mulher, precisamos criar uma conscientização maior, no país, da prevenção.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que tantas vezes falou sobre esse tema do câncer de mama, temos que criar essa consciência coletiva da conscientização, da resposta rápida, da rapidez nos exames, uma questão também importante no tratamento.

Então, trouxemos, neste dia, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, este assunto importante para deixar registrado. E pretendemos também, ao longo do debate do projeto de lei que propusemos aqui, trazer novamente este tema para a tribuna, para que possamos debatê-lo, para que possa reforçar uma política estadual de prevenção em relação a esta preocupação do câncer de próstata, especificamente a questão que agora está sendo pensada durante este mês de novembro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon. por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje também é o dia do diretor. Então, quero cumprimentar todos os diretores das nossas 1.320 escolas estaduais espalhadas. Naturalmente temos o dobro desse número de diretores vinculados aos colégios municipais e particulares. Enfim, quero em nome da sra. Elizabeth Goedert e do professor José Valcir, ambos diretores de escolas de Brusque, cumprimentar todos os diretores de Santa Catarina.

Quero, também, em nome do Emerson Luis Tizone, do Rafael da Luz e da Chéris Gottardi, três jovens que estão organizando o JPSDB em Santa Catarina, dizer que dia 23 desse mês teremos um grande encontro no Beto Carreiro World, no município de Penha, e aproveito para convidar os jovens filiados ao nosso partido para participarem desse grande evento.

Em nome do senador Paulo Bauer, quero cumprimentar todos os peessedebistas de Santa Catarina que, deste momento até a eleição, como os demais partidos, estão se organizando para as eleições nacionais e estaduais.

Sr. presidente, quero abordar uma questão que certamente preocupa todos os parlamentares desta Casa. É de conhecimento de todos nós que o Brasil, comparando sua economia com os demais países da América Latina, é o país que menos cresce, inclusive menos do que a Venezuela. Também quando comparado com os países emergentes, com a África do Sul, com a China, com a Índia e tantos outros, também é o país que menos cresce.

Ainda temos um crescimento de 2% a 2,5% atualmente muito por conta do crescimento do agronegócio. A indústria, ligada à agricultura, cresce mais de 8% a 9% no Brasil, e graças a isso ainda estamos com um percentual positivo, mas

talvez fosse negativo, se não fosse esse alto índice do agronegócio.

A *Folha de S. Paulo* traz alguns números que nos levam à reflexão, sobre a questão da economia no Brasil. O emprego na indústria brasileira recuou 0,4% em setembro, comparando com o mês anterior.

Na série livre de influências sazonais, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira, dia 12, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta foi a quinta queda seguida nesse tipo de comparação.

No ano, de janeiro a setembro, o índice acumula recuo de 0,9%, e em 12 meses um recuo de 1%. Na comparação com o mesmo período de 2012, houve uma baixa de 1,4%. Em setembro, a produção da indústria brasileira subiu 0,7%.

Em relação a setembro de 2012, o número de trabalhadores caiu em 12 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE. O principal impacto negativo sobre o indicador partiu da região nordeste (-6,3%), que teve influência negativa da redução de funcionários do setor de alimentos e bebidas (-10%), calçados e couro (-8,0%) e vestuário (-4,5%), entre outros.

Todos esses índices estão negativos justamente por conta de uma invasão de produtos originários de outros países e a nossa economia está muito mais voltada ao comércio do que à produção.

Outros destaques, infelizmente negativos, partiram de São Paulo (-0,8%), da Bahia (-6,4%), de Pernambuco (-6,5%), do Rio Grande do Sul (-1,4%) e de Minas Gerais (-1,2%).

Na análise da economia por setor, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em 14 dos 18 ramos pesquisados. As pressões negativas vieram de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-5,7%), produtos de metal (-4,3%), calçados e couro (-4,7%), produtos têxteis (-4,2%) e máquinas e equipamentos (-2,2%), entre outros.

As principais influências positivas, para não falar apenas as negativas, sobre a média da indústria foram observadas nos setores de borracha e plástico (4,8%), meios de transporte (0,9%) e

produtos químicos (1,4%). De janeiro a setembro, o emprego industrial que mostrou queda de 0,9%, manteve a mesma tendência em 11 dos 14 locais e em 11 dos 18 setores, com destaques para a região nordeste (-4,6%) e para os setores de calçados e couro (-5,3%) e vestuário (-3,1%), entre outros.

Cabe ainda um conforto aqui de destacar que entre os que tiveram um resultado positivo estão Santa Catarina, que teve um crescimento de 1%, e Paraná (0,5%). Quanto aos setores, os de alimentos e bebidas (1,5%) e de borrachas e plástico (3,1%) registraram as principais influências positivas. Essas são as participações do estado de Santa Catarina.

Apesar de o Brasil ter índices negativos, em Santa Catarina há ainda índices positivos.

Para encerrar, quero colocar alguns números que de certa maneira devem nos preocupar, justamente porque a economia global mostra reais sinais de crescimento, ao contrário no Brasil, em Santa Catarina há sinais de decréscimo e o que nos salva hoje é a agroindústria, mas precisamos rever as questões econômicas do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, por esta bela aula de economia. V.Exa. sempre faz uma boa análise da nossa economia.

Esta Presidência gostaria de registrar, com muito prazer, a presença de alunos do segundo e terceiro anos da Escola de Educação Básica Altino Flores, da cidade de Anitápolis, que estão aqui acompanhados de professores.

Sejam bem-vindos! Muito obrigado, professores, por terem trazido os alunos a esta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, representante da cidade de Canoinhas e região, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs.

deputados, sras. deputadas, plateia que nos assiste, eu gostaria, hoje, de me reportar ao dia 14 deste mês, que é o Dia Internacional do Diabetes.

Todos sabem que o diabetes é uma doença silenciosa, porque muitas vezes os seus sintomas não são expressos clinicamente e somente vão ser descobertos depois de lesões irreversíveis terem sido causadas ao organismo.

Por isso, a maneira de fazermos o diagnóstico do diabetes é, sem dúvida nenhuma, através do teste da glicemia, que é feito em laboratórios e com a pessoa em jejum. E o teste também pode ser feito com um medidor manual, que a maioria das pessoas têm. E a pessoa tem que estar em jejum e o teste pode ser feito na própria casa ou em qualquer outro estabelecimento.

Mas o diabetes é uma doença que ataca grande parte da população brasileira. Nós, que somos médicos ortopedistas, temos, sim, o interesse de dizer que o diabetes é, sim, uma doença importante e deve ser diagnosticada principalmente no início da sua apresentação.

Quando inicia o diabetes em nosso organismo, temos que fazer o diagnóstico, sim, para ter condições de prevenir um mal maior, que são o enfarte agudo do miocárdio, as lesões nervosas periféricas, as lesões vasculares periféricas, e assim por diante.

Mas, falando em diabetes, quero me referir à criação da Casa do Diabético, no município de Canoinhas. E para tal o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira investiu R\$ 550 mil, sendo que R\$ 300 mil serão para a compra daquela casa, através do pedido do deputado Antônio Aguiar. E agora haverá uma reforma, com um convênio de R\$ 250 mil, para que os dois mil associados da Casa do Diabético de Canoinhas e região possam ter aulas e fazer as suas atividades. E, sem dúvida nenhuma, isso vai ajudar muitos pacientes que têm o diabetes e não são tratados.

Por isso, já existe, em nível de governo federal, o Programa do Diabetes, sendo que o

remédio para o tratamento é dado através desse programa - e também há o Programa de Hipertensão Arterial e outros programas em nível federal.

Mas quero me reportar, também, ao início da construção, no município de Canoinhas, da casa da ACD. A ACD - Associação Canoinhense de Deficientes - é uma associação importante, e a casa dos deficientes está sendo construída nos moldes que exige a nova legislação para fazer com que o deficiente tenha as condições ideais para chegar à sua casa e, ao mesmo tempo, ter um tratamento adequado, que é o tratamento humanitário daquela pessoa menos favorecida pela sorte, aquela pessoa que o destino o fez deficiente.

Como presidente da comissão de Educação, tivemos uma importante reunião na sala da Presidência, juntamente com o presidente da Fiesc, Glauco Côrte, e seus assessores. Uma reunião importante onde aconteceu a assinatura de convênio com a Fiesc e a Assembleia Legislativa, principalmente no setor educação, onde a Fiesc se disponibiliza, através do Senac e outras entidades, a fazer com que a educação profissionalizante, aquela que faz com que o profissional, principalmente aquele profissional especializado em sua categoria, o profissional que faz com que a sua profissão seja específica, que ele seja valorizado pela indústria e comércio.

A Fiesc tem feito a sua parte. Ela tem investido nas escolas, tem feito investimentos em todo o estado de Santa Catarina, para que as profissões que as indústrias precisam sejam elaboradas, sejam mais bem trabalhadas, fazendo com que aquele que necessita do emprego tenha aprimoramento com a profissão. Esse aprimoramento faz com que o emprego dessa pessoa seja um emprego praticamente garantido, através da indústria que hoje necessita muito deste profissional. E esse profissional no estado de Santa Catarina está tendo respaldo da Assembleia Legislativa, principalmente da Fiesc, em seus cursos, para fazermos com que esses alunos sejam melhores aproveitados em todos os setores.

Na cidade de Canoinhas, tínhamos um convênio com a entidade Fiesc. Também tem com a Fecomércio, que tem uma unidade pronta, e serão 800 alunos formados neste ano. Isso é um grande crescimento, um desenvolvimento para a nossa região, porque estamos querendo profissionais específicos em suas profissões, para desempenhar melhor nível de trabalho na indústria, seja ela mecânica ou de alternativas.

Para encerrar, gostaria de me reportar aqui ao que o deputado Neodi Saretta ressaltou.

Deputada Ana Paula Lima, o mês de outubro foi um mês de sucesso. E queremos que o mês de novembro também seja um mês de sucesso. Refiro-me, ao Novembro Azul, ao câncer de próstata. Temos a certeza de que os homens estão, às vezes, negligenciando a sua próstata, esquecendo-se de fazer os exames, esquecendo-se de fazer o diagnóstico. Temos a certeza de que esse importante fato no Novembro Azul é um alerta aos homens, para que eles consigam, igual às mulheres, que no mês de outubro, no seu Outubro Rosa conseguiram, um grande sucesso.

Na nossa região todos estavam com a camiseta rosa. Fazendo com que o câncer de mama, sem dúvida nenhuma, tivesse um incentivo da Assembleia Legislativa, tivesse um incentivo do Poder Público estadual, federal, para que o câncer de mama seja diagnosticado, tratado, para que não haja as mutilações que aí acontecem.

Era o que tinha, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSol.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores que chegaram na última meia hora neste plenário, a respeito do debate que tem sido

trazido pelo deputado Jailson Lima a esta tribuna, quero observar que nos Poderes, em todos os Poderes e órgãos do estado, sobra dinheiro todos os anos, a exceção do Poder Executivo. Inclusive aqui neste Poder. Então, não vou personalizar nem achar uma pessoa, ou pessoas, para satanizar.

Há cinco ou seis anos, pelo menos, e temos votado contra os projetos que vêm para cá no sentido de incrementar o duodécimo dos Poderes, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, Udesc, a Assembleia já falei...

Quem precisa, efetivamente, de mais dinheiro é o Poder Executivo que tem que fazer saúde, segurança, educação, previdência, assistência, e está faltando servidores em todos os lugares. E tem falta de servidores em todos esses setores de base.

Então, esse é um debate que temos feito e já votamos contrário à elevação de duodécimo aqui nas duas vezes.

O ex-governador Luiz Henrique mandou uma vez, depois, o ex-governador Pavan também. Curiosamente, deputado Kennedy Nunes, quando tinha alguma situação para o chefe do Poder Executivo, os dois aos quais me referi, explicar diante dos outros Poderes, aqui ou em Brasília, então corria a sacolinha aumentando um pouquinho, incrementando, deputado Neodi Saretta, o duodécimo dos Poderes.

A Assembleia Legislativa, segundo os ex-presidentes, e um acabou de me dizer, um ex-presidente, que devolveu R\$ 80 milhões no ano em que presidiu. E o atual presidente repete que todo ano a Assembleia Legislativa devolve dinheiro, porque sobra dinheiro na Assembleia Legislativa.

Então, esse é o debate de fundo que precisa ser feito também, porque enquanto nos Poderes e órgãos tem dinheiro sobrando, lá na linha de frente, onde a sociedade mais precisa, está faltando. E isso a gente precisa, evidentemente, discutir, numa perspectiva republicana.

Voltando à questão dos projetos e dos pacotes, as pessoas têm perguntado: deputado, e o pacote? É

de fato um pacote, já falei. É uma PEC, é uma proposta de emenda à Constituição, quatro projetos de lei e seis projetos de lei complementar, todos se referindo aos servidores públicos.

Li e fiquei espantado quando vi na lei que só os servidores do sistema prisional ficaram contemplados, na Lei n. 137. E aí por que essa preocupação? Estou falando da jornada de trabalho para os servidores da segurança pública, mas vale para a Polícia Militar, para os Bombeiros e para a Polícia Civil, porque não veio, embora o pacote seja imenso, não veio o projeto de lei que deverá regular a jornada de trabalho ou as escalas de serviço a partir do mês de agosto do ano que vem.

Então, o pessoal diz que precisa incorporar as horas extras, porque hora extra está escravizando. Mas o que a lei diz hoje? A lei diz que a jornada de trabalho dos servidores públicos em geral são 40h semanais. Se já fez 40h, o que for escalado para além de 40h o estado paga, segundo os mesmos critérios da CLT, como hora extraordinária. Isso é o que está na lei.

Eles falam que isso os está escravizando e que eles próprios estão pedindo para trabalhar.

De fato é um problema, o problema do salário baixo, permanentemente baixo.

"Agora, a partir de agosto do ano que vem, não sabemos qual será a nossa escala, e mesmo que sejam 80 horas semanais, não receberemos um centavo a mais por essas horas."

Claro, evidentemente está dito que será regulado por lei, mas não pode deixar de haver, deputado Kennedy Nunes, a preocupação desses servidores de voltarmos à situação em que vivíamos antes de 1995, quando a escala de serviço era definida de forma discricionária pelo chefe, e não acontecia nada, porque o governo não tinha que pagar extraordinariamente por aquela hora, mesmo que fosse o meu domingo de folga no mês. Se o comandante dissesse que teria que trabalhar, eu teria que trabalhar.

Numa realidade em que mesmo que fosse no domingo de folga, se o chefe dissesse que iria trabalhar, informasse isso verbalmente, eu teria

que trabalhar. E não ir trabalhar seria crime e continuará sendo crime militar.

Então, evidentemente que as categorias de servidores precisam ficar angustiadas com essas questões. Não obstante, o que for posição consensual dos servidores e das servidoras evidentemente que estaremos favoráveis, defendendo para que seja aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Altair Silva, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Quero saudar, sr. presidente, todos os telespectadores da TVAL, da Rádio Digital.

Quero aproveitar o horário do Partido Progressista para saudar os deputados estaduais presentes, os servidores públicos que participam desta sessão.

Também aproveito este momento para fazer um registro nesta Casa da presença do nosso amigo e companheiro Ademar Perch, vice-prefeito da cidade de Cunhataí, do oeste de Santa Catarina.

Sinta-se à vontade nesta Casa.

Queremos enaltecer aqui que na última sexta-feira, dia 8 de novembro, depois de passados 11 anos, o Partido Progressista, num gesto praticado pelo governador Raimundo Colombo e também pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o governador homenageou a bancada de deputados estaduais da Assembleia Legislativa, dando oportunidade para o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, exercer a função de governador, mesmo que por um período curto, mas uma oportunidade ímpar.

Assim, em nome da bancada do Partido Progressista, sr. presidente, registro nesta Casa a gratidão que o Partido Progressista tem para com todos os deputados, porque se não fosse a eleição

de um presidente do Partido Progressista, não teríamos a oportunidade agora de governar Santa Catarina. Ainda hoje, almocei com o governador em exercício, deputado Joares Ponticelli, o qual agradeceu de coração e pediu-me que transmitisse esta palavra a todos os srs. deputados e a todos os catarinenses que nos assistem neste momento. Sem dúvida, trata-se de um momento ímpar a condição de governador.

No dia de amanhã, estaremos na cidade de Chapecó, o grande oeste de Santa Catarina, onde iniciará a ampliação do Hospital Regional de Chapecó, que será a maior obra do oeste de Santa Catarina. Foi iniciada no governo de Jorge Bornhausen e concluída em 1986, no governo de Espiridião Amin. Uma obra importantíssima para cuidar da nossa gente, para cuidar da saúde de todo o grande oeste. Evidentemente, com o crescimento da população, com o desenvolvimento da economia, o hospital acabou ficando pequeno perante a demanda existente na nossa região.

Elaborou-se um projeto, e grandes líderes hoje tocam o Hospital Regional de Chapecó. Tem sido um modelo de referência de gestão, e esses líderes, com o apoio de todas as entidades de Chapecó, elaboraram um projeto de ampliação do Hospital Regional de Chapecó. Uma obra iniciada há poucos meses, inclusive o presidente do Conselho Deliberativo fala que as obras estão num estágio adiantado. Tudo está de acordo com o planejamento, inclusive com 15 dias de antecipação.

Mas o governador em exercício, preocupado com a obra importante que o governo está construindo em Chapecó, estará amanhã supervisionando o andamento das obras e já agenda uma visita com toda a diretoria do hospital. E fica aqui o convite aos demais deputados para lá estarem presentes para, junto com o governador, conferir esta importante obra para o oeste de Santa Catarina.

Também logo após essa visita a Chapecó, estaremos nos deslocando para a cidade de São José do Cedro, onde o governador tem compromisso agendado com o prefeito Plínio de Castro, onde

estaremos lançando importantes obras e ações não só para essa cidade, mas para o extremo oeste. Esse é um momento ímpar. O governador Joares Ponticelli gostaria de estar em todos os municípios de Santa Catarina, mas com a agenda desse curto período de interinidade não será possível. Mas fica aqui registrada a sua ida ao oeste de Santa Catarina. Assim como na quinta-feira estará na abertura da feira de Capinzal. Uma feira do agronegócio muito importante para a economia da região. Tenho certeza de que muitos deputados lá estarão prestigiando esse momento especial.

Quero fazer um registro e dois agradecimentos a esta Casa. No dia 5 de novembro nós comemoramos o Dia do Técnico Agrícola. E quero fazer um agradecimento muito especial a todos os deputados que puderam prestigiar aquela importante sessão, que representa muito para a agricultura de Santa Catarina, pois é um profissional dedicado à assistência técnica, à produção rural, que faz com que Santa Catarina contribua com o Brasil, com o superávit comercial.

O agronegócio em Santa Catarina representa mais de 37% da balança comercial, da economia catarinense. Então, representa muito a agricultura empresarial ou familiar. Esse dia foi muito especial, essa comemoração dos técnicos agrícolas.

No dia 26 de outubro, haverá uma sessão para homenagear a Chapecoense, que neste ano faz uma grande campanha na série B. Espero que o jogo contra o Paraná Clube, desta noite, seja um momento muito especial para todos os chapecoenses e possamos ter mais um time na série A.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas,

antes de iniciar esta fala quero convidar o governador em exercício, que estará em São José dos Cedros, Chapecó e região, para a Feira Agroindustrial de São Miguel d'Oeste.

É uma feira com exposições e portões abertos, exceto para os *shows*. Na última feira inclusive conheci coisas que não sabia da minha terra, empresas de metalmecânica, de computadores, de automatização para empilhadeiras e equipamentos frigoríficos. A feira mostrará a produção comercial, agrícola e industrial daquela região.

Convidamos todos os catarinenses para que de quinta-feira a domingo visitem em São Miguel d'Oeste essa feira. Vou receber uns amigos em Balneário Camboriú nesse período, que ficarão em minha casa, enquanto irei participar da Faismo.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. tem colocado com muita precisão a importância de eventos dessa natureza para o desenvolvimento da nossa região, até porque os municípios mais distantes do litoral às vezes têm um pouco de dificuldade de colocarem para a grande mídia, para o conhecimento da população a sua potencialidade. E a feira tem permitido com que os municípios possam expor tudo que têm de novidade, na prestação de serviço, na agricultura, e colocar no mercado nacional e até internacional aquilo que temos no interior do estado de Santa Catarina.

Acompanhei a ampla programação da Faismo e tenho certeza de que será uma das maiores feiras que São Miguel d'Oeste já realizou. E a grande novidade é que o ingresso para acessar toda estrutura da feira, com exceção dos *shows*, será gratuito.

Esta Casa está participando desse evento através de um apoio institucional que foi formalizado através deste deputado, de v.exa., do deputado Gelson Merisio e do deputado Padre Pedro Baldissera. E estivemos há pouco tratando desse assunto.

Com certeza será um evento coroado de êxito, junto com v.exa. aplaudindo de pé a potencialidade da nossa região.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Quero aproveitar e saudar os colegas policiais civis, os peritos que estão nesta Casa.

Houve uma manifestação do deputado Sargento Amauri Soares a respeito dos barreiristas da Cidasc, funcionários do estado, como alguns técnicos do estado, que estão com o salário inferior a R\$ 1.000,00. Eles ficam nas fronteiras do estado durante as madrugadas, para impedir a entrada de gado, de animais clandestinos e estão com o salário defasado.

Já me manifestei a esse respeito, já falei com o governador e já falei também com o secretário da Agricultura.

Mas quero saudar de maneira especial os nossos peritos.

(Palmas)

Começamos juntos, porque a Polícia Civil era uma somente. E os Policiais Civis são parte importante da segurança pública. E por isso que não houve negociação, porque essa mesma atitude que vocês viram em plenário, hoje, aconteceu durante as negociações salariais. Então, daí fica difícil alguém ajudar quem não quer ser ajudado.

Depois de muita luta no governo passado houve a possibilidade de atendimento aos delegados, aos oficiais, mas os peritos ficaram esquecidos. Mas com muita sabedoria, com muita paciência, e vejo aqui o ex-diretor do Instituto-Geral de Perícias, souberam construir este momento, com empenho, com diálogo.

Chegou à Assembleia Legislativa um pacote salarial histórico para a segurança pública. Nós sabemos que é histórico. E hoje temos em Santa Catarina a melhor perícia do Brasil, seja ela por tecnologia, por equipamento, mas muito especialmente pela qualidade dos seus profissionais. Então, não adianta tecnologia,

equipamento, se você não tem a competência do ser humano.

Então, todas as categorias estão contempladas.

Esta semana uma policial disse que com esse pacote iria ganhar menos do que ganha hoje. E eu pedi para que ela mostrasse o salário. Ela ganha R\$ 7.404,00. Ela disse que com as vantagens ganharia R\$ 7.600,00. E com a inflação, com as reposições, iria perder.

Para começar, não tem reposição. Ela está contando com a reposição de janeiro de 2013, que já passou, não teve e não vai ter. Pelo pacote ela vai para R\$ 7.600,00 e com o adicional de dedicação, que é equivalente às horas extras, vai para R\$ 10.000,00. E se quiser aposentadoria, se aposenta um nível acima ganhando R\$ 12.000,00. Não é uma aposentadoria ruim, quando temos o barreirista ganhando R\$ 1.000,00 por mês.

Então o governo do estado está fazendo um esforço que, às vezes, até duvidamos da possibilidade para conseguir fazer essa questão salarial. E ainda que esse servidor, como um perito, como um policial civil, como um policial militar, ao se aposentar, perca quase 40% do seu salário, porque perde a hora extra e perde o adicional noturno...

Assim, a policial que ganha R\$ 7.400,00, ao se aposentar, vai para pouco mais de R\$ 4.000,00. Vai se aposentar com R\$ 12.000,00 e está brava com o governo? Eu não posso acreditar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Tenho 30 segundos para parabenizá-lo, pelo seu discurso, v.exa. tem toda a legitimidade.

Mas quero fazer aqui uma consideração toda especial ao IGP. O IGP sempre foi considerado na segurança pública o patinho feio. O governo do estado está fazendo justiça. Parabéns ao IGP! Precisamos avançar como Blumenau, deputada Ana Paula Lima, mas vocês estão merecedores deste

carinho, desse aconchego do governo e desta Casa Legislativa.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Mauricio Eskudlark. Parabéns pela sua exposição magnífica e com muito entusiasmo.

Quero dizer, sr. presidente, que gratidão é uma virtude essencial do ser humano. Normalmente o Parlamento vota os aumentos salariais e, infelizmente, quase que sempre nós recebemos muitas críticas. E hoje nós ficamos felizes.

Parabenizo o IGP, porque vocês estão demonstrando gratidão ao governador Raimundo Colombo e ao Parlamento catarinense que haverá de muito em breve aprovar esse projeto de lei que resgata a dignidade do IGP e das demais secretarias dos servidores do estado de Santa Catarina.

Parabéns, muito obrigado pela presença e pelo apoio.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, ainda vamos falar desse projeto. Mas, realmente, é uma conquista histórica que temos que agradecer ao governador Raimundo Colombo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ontem, os olhos esportivos do Brasil, especialmente de quem é apreciador do futsal, estiveram voltados para Santa Catarina, mais especificamente para a cidade de Concórdia, onde aconteceu a primeira partida da

decisão da liga nacional de Futsal, com o centro de eventos de Concórdia lotado.

Infelizmente, o nosso time catarinense, o Concórdia, não venceu. O poderoso Intelli/Orlândia, assim chamado, venceu por dois a um. Mas Santa Catarina esteve muito bem representada num grande evento, com uma demonstração fantástica da torcida da região e do time do Concórdia, que é um time formado a partir das categorias de base que hoje está na ponta do futsal do Brasil.

Quero fazer esse registro e parabenizar os atletas da Associação Concordeense de Futsal, a direção, a torcida e Santa Catarina por essa decisão. E esperamos no domingo reverter na partida final, pois ao contrário de Concórdia, que tem um belíssimo centro de eventos, Intelli/Orlândia, apesar de ser um dos times mais ricos, não tem esse centro de eventos, e vai jogar em Minas Gerais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está feito o registro, deputado Neodi Saretta.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0147/2013, 0153/2013, 0545/2013, 0562/2013, 0671/2013 e 0676/2013, todos de entidade social, encaminhando documentação para manutenção de título.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0450/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - ADJORI, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, extraordinária, para as 16h05.

Está encerrada a sessão.